

63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF

Aos vinte e oito do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 09 horas e cinco minutos, por meio de vídeo conferência e transmissão via *YouTube* no link (<https://www.youtube.com/watch?v=PNxkUDVe-il>) teve início a **63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, registro: Ana Tereza de Carvalho Viana (FGV/MPF), Carolina Berg (Ernest Yang), Clarice Campos (SETADES/ES), Claryssa Christina Figueiredo de Almeida (SEDESE), Cláudia de Oliveira Fontes (Fundação Renova), Cláudia Fardin (SETADES/ES), Cláudia Laureth (Flacso/ES), Dihego Pansini De Souza (Fundação Renova), Drayton Alvarenga Marques (Fundação Renova), Elaine C. Pires (Comissão de Atingidos do Pontal do Ipiranga/Flores), Eliane Gregório Rocha (Atingida Povoação, Linhares/ES), Fabiane Macedo Borges (Ministério da Cidadania), Felipe Bruschi Giorni (Fundação Renova), Isabella Guerrero (Machado Meyer Advogados/Fundação Renova), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Jonathas De Melo Cristóvão Silva (Fundação Renova), José Augusto Gomes (SETADES/ES), Júnia Mara Zulski (Pescadora Profissional), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana), Laís Mariano (Flacso), Laurení Rodrigues Dias (Comissão de Atingidos de Pedra Corrida), Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova), Leonardo Dias Figueiredo (Fundação Renova), Lívia Pessoa (SEDESE), Luana Rosa Rodrigues Romão (Gerência de Proteção Social Básica da SETADES), Luana Sala (Governança/Fundação Renova), Marcia Vieira (SETADES/ES), Marcus Vinicius Tabachi Dos Santos (Fundação Renova), Maria Albanita Roberta De Lima (Fundação Renova), Maria Alice da Silva (Flacso Belo Horizonte/MG), Maria Leticia Campos Mata (Fundação Renova), Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica dos Camaroeiros de Vitória/ES), Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora do PG07), Pedro Daniel Strozenberg (Ouvidoria da Fundação Renova), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rafael Carneiro Da Silva Matos (Fundação Renova), Ramiro (Atingido), Raqueline Ramos (Psicóloga na PSE da SETADES), Renato Correia de Oliveira (Pescador - Resplendor/MG), Renato da Silva Cardoso (MAPA), Rodolfo Zulsk (Presidente da Colônia Z 19/Leste Mineiro), Ronaldo Felício Moysés Filho (Fundação Renova), Rosângela Simão Paulino (SEDESE/MG), Sandra de Oliveira (Prefeitura Municipal de Barra Longa), Simone (SETADES), Simone Nunes (São José do Goiabal), Simone Wasem (Equipe Técnica SETADES/ES), Sinval Serafim do Nascimento (Atingido - Colônia Z-19), Tatiana Medeiros Tatagiba (SETADES/ES), Tatiane Soares Pereira (Fundação Renova), Thamara Uliana Pascoal (Assessora Técnica / ATI ASPERQD – Degredo), Thiago Paiva (Flacso), Vítor Wilson Cocco (Comissão de Atingidos/as de Conceição da Barra/ES), Viviane Gonçalves (Barra Longa/MG), Walkimar Bispo Rodrigues (Linhares/ES-Povoação).

1. Abertura da 63ª Reunião Ordinária

Pauta	Discussão
<p>1.1. Apresentação dos participantes</p> <p>1.2. Aprovação da Ata da 62ª RO da CTOS 2022</p> <p>1.3. Leitura da Pauta para considerações e aprovação</p>	<p>Tatiana Tatagiba, representante da SETADES e coordenadora interina da CTOS deu boas vindas aos participantes e os convidou a se apresentarem. Fez uma leitura da pauta, sobre a qual não houve manifestações. Em seguida colocou a ata da 62ª Reunião Ordinária da CTOS em avaliação, a qual foi aprovada, sem restrições.</p>
Aprovação	A ata da 62ª Reunião Ordinária da CT-OS foi aprovada e será enviada à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.

2. Manifestações dos GTs – GT PIM Cadastro PAA

Pauta	Discussão
-------	-----------

<p>2.1 Escopo do PIM – resposta ao ofício 073/2022/CTOS-CIF – Fundação Renova, manifestações e encaminhamentos</p>	<p>Jadilson Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo) informou necessidade de se ausentar antes do final da reunião. 2.1. Tatiana (SETADES) informou sobre o envio do ofício e Ronaldo Moysés (Fundação Renova) relatou ter recebido o ofício com os pleitos da CTOS e solicitou tempo maior para produção das respostas, considerando que estas respostas já são início do escopo do PIM. Ana Tereza (FGV/MPF) solicita que os prazos não sejam tão longos para não inviabilizar a elaboração do escopo. Sugere retorno do ofício 073/2022/CTOS-CIF em 15 dias. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) aponta a dinâmica do processo indenizatório e as judicializações que têm impactado no PIM. Aponta o desafio de se manter atualizado com a 12ª vara e questiona a definição de escopo nesse momento de intensa judicialização e alterações nos processos, o que dificulta diminuir os prazos. Ana Tereza (FGV/MPF) pergunta sobre o tratamento das alterações no novel e seus impactos no PIM, tais como nos critérios de elegibilidade, prazos etc. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que o novel e o PIM possuem relações na constituição do público-alvo, dentre outras, e estão conduzindo essas análises. Ana Tereza (FGV/MPF) pondera que para fazer um processo participativo seria importante aumentar o número de etapas, oferecendo respostas daquilo que já tiver sido discutido e validado internamente pela Fundação Renova. Foi acordado que a Fundação Renova enviará até dia 17 de agosto uma resposta parcial e o restante até 31 de agosto (E 63.01).</p>
<p>2.2 Fluxo de discussão da revisão do PG01 – Fundação Renova, CTOS e encaminhamentos;</p>	<p>Cláudia (Fundação Renova) informa que a definição do PG01 já está elaborada e estão percorrendo os trâmites do processo de aprovação. Devem enviar o documento à CTOS em setembro, prazo já pactuado com a Câmara Técnica.</p>
<p>2.3. Informe: Encaminhamento ao CIF sobre a demanda de acesso ao SGS (E62.08)</p>	<p>Tatiana (SETADES) informou que houve demanda de indicação de membros que acessem o SGS e validem os lotes de cadastros. Laurent (Fundação Renova) ressalta a necessidade de os fluxos de validação acontecerem e que para isso é necessário ter pessoas habilitadas, que acessem os dados individualmente, com segurança da informação. Maria Lethícia (Fundação Renova) reforçou que nenhuma informação aos membros da CT será reduzida, a não ser que esse seja o pedido da CT. Disse ainda que o objetivo dessa alteração de meio é apenas para adequação do compartilhamento dessas informações às boas práticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.</p>
<p>2.4. Declarações de Pescador Profissional: Status da emissão 2.5 Apresentação dos critérios de negativa de documentos apresentados pelo pescador profissional (E62.05) - Fundação Renova, manifestações CT-OS e encaminhamentos</p>	<p>Renato Cardoso (MAPA) informou que a SAP respondeu à Fundação Renova sobre as declarações demandadas – 1.458 solicitações enviadas em uma lista. Informou que a estrutura de RH do MAPA está defasada em relação à demanda, então solicita que não seja feita pressão sobre os funcionários e à Fundação Renova que revise as listagens antes de encaminhar, evitando erros nos dados fornecidos (E.63.02). Pergunta sobre quais encaminhamentos serão dados às declarações já enviadas. Walkimar (Linhares/ES-Povoação) sugere que se crie uma força tarefa para apoiar os funcionários do MAPA. Renato Correia (Pescador - Resplendor/MG) menciona que teve o nome indeferido pelo MAPA, apesar de ter carteira ativa e que foi muito difícil desfazer o equívoco. Rodolfo Zulski (Colônia Z-19) contesta o fato de a Fundação Renova ter feito os cortes de AFES por conta própria, sem decisão judicial. Considera que o recadastramento foi para fazer cortes. Sugere encaminhar a questão judicialmente e que a Fundação Renova dê suporte ao MAPA, disponibilizando apoio com recursos humanos. Simone Nunes (São José do Goiabal) pergunta sobre a retomada de pagamento de AFES, que foi feita para alguns e não para todos. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que a listagem foi recebida, com pessoas em situação regulares, outros indeferidos e alguns que foram encaminhados às SAPS dos Estados, referentes aos processos não digitalizados. Acrescenta que a Fundação Renova está revendo os casos que constam nas listas e as informações serão consideradas para definir o status – corte ou pagamentos, priorizando as tratativas dos elegíveis, tanto no novel quanto no AFE. Acrescentou que há uma segunda lista em análise pelo MAPA e que a lista do mapa não garante a elegibilidade ao novel ou ao AFE – serve para suprir a declaração que comprova que o pescador estava regular em dezembro de 2015, e esta é uma das comprovações necessárias, junto com os outros critérios de elegibilidade de cada programa. Walkimar (Linhares/ES-Povoação) sugere articulação e pactuação das informações entre os funcionários da Fundação Renova, que estão passando informações desencontradas e pergunta se estar regularizado no MAPA é condição para receber o Lucro cessante de 2023? Acrescenta que os peixes estão contaminados, mas os cortes foram efetivados e que o juiz só autorizou cortes de quem tinha fraude. Rodolfo Zulski (Colônia Z-19) afirma que a Fundação</p>

	<p>Renova voltou a pagar o AFE de subsistência para alguns, sem justificar a falta de pagamentos para outros. Ana Tereza (FGV/MPPF) solicita que a FR esclareça a interpretação da decisão da desembargadora: Quem receberá os pagamentos e como estão sendo comunicados? Relata que há questionamentos quanto a necessidade de reapresentar documentos, e pergunta se os documentos já apresentados estão sendo considerados? Joéci Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES) pergunta se os cadastros feitos pela Synergia nos territórios foram válidos e se os AFES dos pescadores profissionais/artesanais que foram cortados voltarão a ser pagos? Pergunta, ainda, quem define, o juiz, as empresas ou a Fundação Renova? Laurení Rodrigues Dias (Comissão de Atingidos de Pedra Corrida) relata que o juiz não permitiu os cortes de AFES, e considera que o único meio de sobrevivência dos pescadores é a pesca. Pergunta até quando os AFES que foram retomados serão pagos? Sugere correção, pois, todos os pescadores da cidade de Pedra Corrida são atingidos e não estão recebendo o AFE. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) afirma que todos os documentos já apresentados serão analisados. Considera que o trabalho da SYNERGIA foi importante, e é base para o cadastramento, mas precisa de documentos complementares para pleitos específicos de cada programa. Os cancelamentos de AFES são previstos até no próprio TTAC, que prevê regras de encerramento do AFE. Maria Lethícia (Fundação Renova) informa que a decisão da Dra. Daniele Maranhão aponta dois itens e determina que: 1. Os AFES sejam restabelecidos para os casos de subsistência que aderiram ao novel. 2. A retomada do pagamento do AFE para os que passaram pelo regime de transição, que diminuía o percentual do auxílio até seu cancelamento. Relata que a Fundação Renova já cumpriu o restabelecimento dos pagamentos para as duas situações. A CTOS decidiu encaminhar ao CIF, por ofício, as informações fornecidas pela Fundação Renova e as informações levantadas nas Reuniões Ordinárias sobre os cortes e pagamentos de AFES (E63.03).</p>
<p>2.6. Apresentação de histórico das políticas indenizatórias Fundação Renova, manifestações CT-OS e encaminhamentos;</p>	<p>Felipe Bruschi (Fundação Renova) informou que o documento com o histórico das políticas indenizatórias foi enviado hoje, e que ele contextualiza os parâmetros indenizatórios, as análises de causalidades, a comprovação de presença no território, a elegibilidade documental conforme cada dano e a valoração de cada dano conforme a categoria. Explicitam as categorias que foram contempladas, pesca, agricultura e pecuária, fluxo turístico na foz, invasão e depósito de rejeitos em Mariana e Barra Longa, a política de areeiros. As etapas das políticas indenizatórias, a plataforma SPA e seu funcionamento. Sugere que dúvidas e questionamentos sejam encaminhados (E63.04). Ana Tereza (FGV/MPPF) considera que o documento comporá o escopo do PIM.</p>
<p>2.7 Análise da CT-OS das informações sobre o PIM DA (E62.16)</p>	<p>Tatiana (SETADES) considerou que o documento está claro e de fácil entendimento e suas informações também entrarão no escopo do PIM.</p>

3. Manifestações dos GTs: GT PPS AFE –

Pauta	Discussão
<p>3.1. Planos Municipais – Fundação Renova explicitar providências com municípios não aderentes;</p>	<p>Priscila Ohira (FR) informa que apenas o município de Galileia ainda não aderiu ao Plano Municipal de Reparação. Os outros três municípios, do grupo de não aderentes já estão fazendo ajustes e evoluindo para as assinaturas dos termos. Dos 40 municípios, 39 aderiram. Fabiane Macedo (Ministério da Cidadania) pergunta quais as providências que a Fundação Renova tomará em relação ao município de Galileia. Priscila Ohira (Fundação Renova) informa que a proposta é um acordo judicial, nos mesmos moldes dos outros municípios.</p>
<p>3.2 Prazo de finalização do Plano de Reparação do município de Barra Longa</p>	<p>Viviane Gonçalves (Prefeitura Municipal de Barra Longa) relata preocupação com o prazo de finalização do plano de reparação do município, previsto para fevereiro de 2023, apesar do assentamento de Gesteira ainda não ter se efetivado. Solicita esclarecimentos sobre a situação do PPS no município. Priscila Ohira (Fundação Renova) relata que no prazo de execução está prevista a prorrogação por um ano após o reassentamento. Mirna (Colaboradora) pergunta sobre o encerramento dos PPS – qual é a ação que define o start do Programa. Priscila Ohira (Fundação Renova) informa que começa com reunião de início das atividades, passando a contabilizar o que estiver acordado no termo. Mirna (colaboradora) solicita o envio da data de start de cada um dos municípios num prazo de até 10 dias da próxima RO (E63.05). Priscila Ohira (Fundação Renova) relata que essa informação já consta nos RMMS, mas a sistematizará para enviar. Márcia (SETADES) pergunta se a contagem do tempo de execução não deveria ser feita a partir do depósito da primeira parcela?</p>

<p>3.3 Resposta da Fundação Renova ao E62.13 referente ao reajuste/equiparação do valor repassado para custear combustíveis, na execução do PG-05</p>	<p>Viviane Gonçalves (Prefeitura Municipal de Barra Longa) informa que a Fundação Renova visitou o município fazendo levantamento do gasto de combustível visando fazer a complementação. Priscila Ohira (Fundação Renova) informou que foi feita consulta aos municípios que precisam desse reajuste. A Fundação Renova Já recebeu retornos e foram aprovados os repasses, os quais espera disponibilizar em setembro/outubro e contemplar até o limite da inflação acumulada do período. Relatou que alguns veículos estão ultrapassando os valores acumulados da inflação do período, e para esses ainda estão estudando solução. A Fundação Renova enviará à CTOS relatório detalhado sobre o atendimento dessa demanda. Karolina (Prefeitura Municipal de Mariana) informa que receberam a proposta de reajuste feita pela Fundação Renova e pergunta se o reajuste é sobre o valor do cartão combustível ou do valor do combustível. Priscila Ohira (Fundação Renova) relata que o acréscimo será do valor da inflação acumulada (o aumento do valor do combustível) no período sobre o valor do cartão – R\$1.000,00. Para os veículos que estão acima desse critério, dará retorno na próxima CTOS (E63.06).</p>
--	---

4. Análise dos RMMs

Pauta	Discussão
<p>4.1 Análise da CT-OS sobre os RMMs; Questões relativas aos RMMs do mês;</p>	<p>Ana Tereza (FGV/MPF) agradece o atendimento das solicitações de adequações nos RMMs. Aponta uma inconsistência no RMM do PIM, sobre o número total de adesões ao Novel, divergente em dois pontos do RMM. Item acordos homologados nos tópicos “2) <i>Fatos e entregas relevantes do último mês</i>” e “7) <i>Sistema Indenizatório Simplificado</i>”. Será feito ajuste do quantitativo (E63.07) e encaminhado à CTOS na próxima semana.</p>
<p>4.2 Complementação do dicionário de variáveis do Anexo 4 do arquivo "Status solicitantes de Cadastro e Emergencial" (E62.09);</p>	<p>Cláudia (Cadastro / Fundação Renova) informa que foi enviado o anexo 4 com os ajustes solicitados.</p>
<p>4.3 A Fundação Renova apresentará informação sobre a evolução das capacitações das equipes do PPS será incluída nos RMMs (E62.14)</p>	<p>Priscila Ohira (Fundação Renova) relata que a informação sobre a evolução das capacitações das equipes do PPS já foi incluída no RMM. No Espírito Santo já concluíram as capacitações e em Minas Gerais estão em andamento – sendo que contemplarão todos os municípios até o final do ano. Augusto (SETADES) relata que as capacitações foram concluídas para os municípios, mas para o estado do Espírito Santo ainda estão em andamento.</p>

5. Análise dos encaminhamentos da 62ª RO

Pauta	Discussão
<p>5.1 Considerações a respeito do E62.01, E62.02, (64ª RO), E62.03 (64ª RO)</p>	<p>E62.01: A Nota Técnica nº 7/SEAPA/DDR/2022 foi enviada à coordenação do PG07 da Fundação Renova no dia 28/06/2022 e a Fundação Renova deu retorno no dia 18/07/22. E62.02: <i>discriminação do número de animais e metragem de terrenos dos reassentamentos...</i> Foi concedida dilação de prazo até a próxima RO (64ª RO). O encaminhamento E62.12 está atrelado ao E62.02 e E62.03. A CTOS se dispõe a fazer uma reunião para esclarecimentos sobre esses encaminhamentos, de forma que se a Fundação Renova quiser, pode solicitar uma agenda.</p>
<p>5.2 Encaminhamentos</p>	<p>Os encaminhamentos restantes já foram tratados durante a Reunião. Fabiane Macedo (Ministério da Cidadania) registra que o encaminhamento E62.15 foi pontual em relação a última RO, e não define que todos os ajustes em RMMs sejam solicitados apenas por ofício.</p>

6. Encaminhamentos

	63ª RO da CTOS
<p>Encaminhamento E63.01</p>	<p>Escopo do PIM: A Fundação Renova enviará a CTOS, até dia 17 de agosto, as informações parciais em resposta ao ofício nº073/2022/CTOS-CIF e o restante no prazo pré-estabelecido, dia 31 de agosto.</p>
<p>Encaminhamento E63.02</p>	<p>Emissão de Declarações de Pescador Profissional: A Fundação Renova fará revisão das listagens de pecadores antes de enviar ao MAPA para emissão de declarações.</p>

Encaminhamento E63.03	Pagamento de AFES: A CTOS encaminhará ao CIF as informações fornecidas pela Fundação Renova por ofício e as informações levantadas nas Reuniões Ordinárias.
Encaminhamento E63.04	Histórico das políticas indenizatórias: A CTOS fará análise do documento, que será incluída no escopo do PIM, e se manifestará posteriormente, nas discussões do escopo.
Encaminhamento E63.05	PG05: A Fundação Renova enviará a data de início da contagem do tempo de execução do PPS em cada município. Prazo: Até 10 dias antes da próxima RO.
Encaminhamento E63.06	PG05: Reajuste do valor repassado para custear os combustíveis: será contemplado o repasse do valor acumulado da inflação do período, prazo: até outubro. A Fundação Renova dará retorno das proposições de reajuste em cada município na próxima RO.
Encaminhamento E63.07	RMM - PIM: A governança da Fundação Renova promoverá o ajuste no item "entregas relevantes – acordos homologados". Prazo: 5 dias

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às 16 horas e 42 minutos, dos dias 28 de julho 2022, a sra. Tatiana Medeiros Tatagiba, coordenadora substituta da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todas e todos.



**Coordenadora Suplente Interina da Câmara Técnica de Organização
Social e Auxílio Emergencial**

Observação: Ata aprovada no dia 22 de setembro de 2022 pela plenária da 64ª Reunião Ordinária.